

POLÍTICA

# CONSTITUINTE

## E os (justos) direitos do cidadão? Cabe ao Estado criar condições para sua segurança.

A proposta, do jurista Miguel Reale, já foi incluída no texto final da comissão.

A Comissão Provisória de Estudos Constitucionais aprovou ontem o artigo 1º do Capítulo das Disposições Preliminares do Anteprojeto de Constituição que será encaminhado ao presidente Sarney e aprovou ainda proposta do jurista Miguel Reale para o fortalecimento da cidadania brasileira e dos direitos políticos. O artigo 1º do capítulo das Disposições Preliminares diz, na íntegra, que "o Brasil é uma república federativa fundada no Estado Democrático de Direito, para garantia dos direitos e promoção da pessoa, e convivência pacífica com todos os povos".

Foi aprovada também proposta do jurista Miguel Reale, para que todos tenham "direito ao pleno exercício da cidadania e a exigir do Estado as condições materiais e formais para a sua vigência". O objetivo de tal princípio constitucional é o de garantir o direito à cidadania, não só formalmente, mas concretamente, obrigando o Estado a assegurar as condições para que ela seja exercida de fato. Para Reale, "não basta

apenas prever os direitos à cidadania, mas tornar obrigatória as condições para que ela seja exercida de fato".

"Procurou-se garantir, de forma concreta, o exercício da cidadania brasileira, nos planos político, reforçando os direitos políticos; econômico, e social, sem deixar a questão do direito, dependente da incapacidade ou capacidade de o Estado assegurar-la", disse o jurista Miguel Reale Júnior, secretário de Segurança de São Paulo.

Ele lembrou que é também importante definir, nas disposições preliminares da futura Constituição, a opção político-ideológica da sociedade brasileira, que é a democrática, e, assim, para ele, cabe enunciar que o Brasil é um Estado de Direito Democrático.

No final da reunião de ontem, que terminou às 20h30, a comissão aprovou outra norma que será incluída nas disposições preliminares do anteprojeto, e diz que "todos têm direito ao aperfeiçoamento da organização do Estado e à participação em suas decisões".

### "Direitos Fundamentais"

Entre as propostas relativas ao capítulo II — "Direitos Fundamentais" — que deverão ser examinadas hoje pela comissão, destaca-se a que propõe que todos tenham direito ao acesso às referências e informações a seu respeito, registradas por entidades públicas ou particulares, podendo exigir a retificação em tais dados, sua atualização e a supressão das incorretas em processo secreto.

Também para o capítulo dos "Direitos Fundamentais" será examinada a proposta que proíbe o registro informático sobre convicções pessoais, atividades políticas ou vida privada, ressalvado o processamento de dados não identificáveis para fins estatísticos.

O artigo 16 da proposta de "Direitos Fundamentais" a ser examinada hoje, ou nos próximos dias diz que "as diversões e espetáculos públicos ficarão sujeitos às normas legais de proteção da sociedade", o que poderá justificar a censura ou a exibição de alguns espetáculos em salas especiais.

O artigo 17 diz que "todos

têm direito de alegar imperativo de confiança para eximir-se da obrigação do serviço militar" e é baseado em proposta do reverendo Guilhermino Cunha e do professor José Alberto Assunção.

A Comissão Provisória de Estudos Constitucionais reuniu-se ontem pela primeira vez, no distrito fluminense de Itaipava, em Petrópolis, iniciando um período de "esforço concentrado". A sua primeira reunião em Itaipava teve a participação de 29 dos seus membros, e hoje mais alguns poderão faltar aos debates sobre os "Direitos Fundamentais". Dos 50 membros nomeados pelo presidente Sarney, vários já praticamente se afastaram da comissão, como os ministros Paulo Brossard e Raphael de Almeida Magalhães; o ministro do Supremo Tribunal Federal, Célio Borja, e o consultor-geral da República, Saulo Ramos. O trabalho da imprensa foi dificultado na cobertura da reunião de ontem por haver apenas um telefone disponível na sala destinada aos jornalistas.

Hélio Contreiras

### Reformas de base: o pedido do procurador.

O consultor-geral da República, Saulo Ramos, manifestou a esperança de que a Assembleia Nacional Constituinte, a ser instalada em fevereiro do próximo ano, "prepare uma Constituição para o Brasil do século XXI", mas alertou também para um fato político que considerou inquietante: os períodos de exceção decorrentes da decisão de resolver as crises pelas armas, "têm sido cada vez mais demorados". Lembrou que a ditadura do Estado Novo durou 15 anos, enquanto o regime militar que antecedeu a Nova República perdurou por 21 anos.

Mesmo assim, ele observou que o povo brasileiro tem demonstrado sabedoria e paciência, "procuran-

do resolver seus problemas pacificamente", como na última transição: "Fizemos a ditadura entregar o poder político aos civis pacificamente". Ramos disse, na palestra de abertura do 11º Encontro de Procuradores e Membros dos Serviços Jurídicos das Instituições de Ensino, ontem, em Belém, que o País está em condições excepcionais para absorver as experiências mundiais e refletir sobre sua própria História para criar uma moldura constitucional e moderna, "que vai reformar o capitalismo".

Garantiu o consultor que o governo está "absolutamente empenhado em fazer a Nação chegar à "Constituição Livremente", mas

que também precisa fazer reformas de base imediatas, como o Plano Cruzado. Nesses momentos, o governo constata — segundo Ramos — a inadequação dos atuais instrumentos jurídicos, "porque a Constituição em vigor está premissa". Além do combate à inflação, o governo "precisará resolver o problema do déficit público e efetuar uma reforma na administração pública".

O consultor da República defendeu ainda a importância do trabalho que vem sendo realizado pela chamada Comissão dos Notáveis, convocada pelo presidente José Sarney. "Se todos vão apresentar suas sugestões, o Executivo também tem o direito de fazer as

suas", explicou. Uma das questões fundamentais que ele espera ver definidas na próxima Constituição é a da educação, não considerando excessivo que na Carta Magna sejam dedicados artigos ("não mais do que 10") para definir questões "como os percentuais para a educação nos orçamentos públicos e os salários dos professores". Ressaltando que a Constituinte de fevereiro de 1987 não foi convocada depois de uma revolução ou da interrupção do regime vigente, afirmou que ela, na verdade, terá o poder desconstituente, "para desconstituir tudo o que ficou para trás e passar a nação a limpo, já que nos últimos tempos ela foi passada a sujo".

# Emenda Ulysses: Senado e Câmara divididos.

Nem mesmo as lideranças do PMDB, na Câmara e no Senado, estão entendendo-se quanto ao projeto do presidente da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, instituindo a comissão representativa, com 72 membros das duas Casas, com o objetivo de legislar ordinariamente durante os trabalhos da Assembleia Constituinte. Ontem, enquanto Ulysses telegrafava a todos os senadores e deputados pedindo apoio à sua emenda constitucional, o líder do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga, defendia a proposta das críticas, enquanto o líder peemedebista no Senado, Alfredo Campos, afirmava ter conversado "com 30 senadores e não obtive apoio de nenhum".

Ulysses, em seus telegramas, defende o Senado como "instituição permanente e insubstituível" (o principal argumento dos senadores é que a comissão proposta por Ulysses, na prática, extinguirá Câmara e Senado, podendo conduzir, na Constituinte, ao sistema uni-

cameral. Mas Ulysses rebate:

"Confidencio minha absoluta preocupação — impossibilitado por razões de insuficiência de funcionários e deficiência de espaços, sobretudo por problemas que disputem, ao mesmo tempo, atenções e estudos constituintes — se, impensadamente, se insistir na simultaneidade do funcionamento da Câmara dos Deputados, da Assembleia Nacional Constituinte, do Senado Federal e do Congresso Nacional, que já constitui, no sistema atual um perigoso germe de unicameralidade." Para Ulysses, "será o caos e a frustração e a votação da emenda irá definir os responsáveis perante a história e a Nação".

Mas a idéia de Ulysses também tem seus inimigos na Câmara. Inimigos como o ex-presidente da Casa, a quem Ulysses sucedeu, o deputado Flávio Marcílio (PDS-CE): "Uma proposta de emenda constitucional de caráter relevante, como a que devolve todas as prerro-



gativas do Poder Legislativo, não teve andamento no Congresso. Mas outra, que diminui o Poder Legislativo, criando parlamentares de primeira e segunda classe, essa está andando a toque-de-caixa" — reclamou ele.

Já o líder do PMDB, Pimenta da Veiga, entende que os ataques à comissão representativa não procedem, até porque a Constituinte funcionará unicameralmente. Ele disse esperar o apoio do Senado, que, se o negar, segundo ele, estará tomando uma "posição radical. Até parece que não quer um debate sobre a matéria porque a opinião pública adotará uma posição". Ainda segundo Pimenta, a comissão legislará muito pouco, basicamente sobre matérias de emergência, o que não impedirá a participação de seus membros na Assembleia Constituinte. Finalizando, pediu aos senadores que mostrem argumentos válidos contra a comissão.